



# PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes
CNPJ:	14.823.518/0001-30
Endereço:	Av. Conselheiro João Gaya, 295 – Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3342-3838
E-mail:	atendimento@navegantesprev.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantesprev.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Jan Ullrich
CPF	831.939.799-53
Cargo/Função	Diretor Presidente
Período de gestão	de fevereiro de 2014 à data atual
Ato Nomeação e data	Portaria nº 185, de 4 de fevereiro de 2014
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	R. Felix Gaya, 103 – Centro/Navegantes/SC
E-mail	jan.ullrich@navegantes.sc.gov.br

Nome	Alessandra Cristina Hoehn
CPF	869.080.659-87
Cargo/Função	Assessora Financeira
Período de gestão	de janeiro de 2012 à data atual
Ato Nomeação e data	Decreto nº 63, de 19 de janeiro de 2012
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	R. Frei Odorico Durieux, 126 – Centro/Navegantes/SC
E-mail	alessandra.hoehn@navegantesprev.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

1x Diretor Presidente

1x Contador Previdenciário

1x Procurador Autárquico Previdenciário  
1x Assessor Financeiro  
1x Técnico Administrativo Financeiro  
2x Técnico Administrativo Previdenciário  
1x Secretária Recepcionista

*Fonte: portal da transparência, relação de servidores/empregados ativos.*

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

O Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes foi criado pela Lei Complementar Municipal nº 99 de 23 de maio de 2011.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 99/2011 foi alterada pelas seguintes legislações:

- Lei Complementar Nº 101/2011 de 27/06/2011
- Lei Complementar Nº 125/2011 de 02/12/2011
- Lei Complementar Nº 152/2012 de 25/05/2012
- Lei Complementar Nº 168/2013 de 18/01/2013
- Lei Complementar Nº 227/2014 de 25/11/2014
- Lei Complementar Nº 244/2015 de 16/06/2015
- Lei Complementar Nº 267/2015 de 23/11/2015
- Lei Complementar Nº 279/2015 de 11/12/2015
- Lei Complementar Nº 295/2016 de 29/03/2016
- Lei Complementar Nº 306/2016 de 13/06/2016
- Lei Complementar Nº 311/2016 de 28/11/2016

Ainda, quanto as finalidades do NAVEGANTESPREV, cabe ao Instituto conceder os benefícios de aposentadorias e pensões, conforme preceitua o art. 2º da Lei Complementar nº 99/2011:

Art. 2º O RPPS de Navegantes visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os Segurados, compreendendo um conjunto de benefícios cuja finalidade é garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada e morte. (Lei Complementar nº 99/2011)

## II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Prog.	Título do Programa	Orç. Inicial	Orç. Atualizado	Liquidado	Saldo	% Aplic. do Orç.
0799	Reserva Orçamentária do RPPS	24.304.707	24.304.707	-	24.304.707	0,00%
1061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Previdência	322.263	322.263	-	322.263	0,00%
2117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.460.926	1.610.926	1.184.214	426.712	73,51%
2118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	8.742.408	11.342.408	10.269.358	1.073.050	90,54%
2120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	504.815	504.815	303.134	201.681	60,05%
2121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	107.421	107.421	11.513	95.908	10,72%
2122	Manutenção do Programa Censo Previdenciário	105.509	105.509	-	105.509	0,00%
<b>Total Geral</b>		<b>35.548.048</b>	<b>38.298.048</b>	<b>11.768.219</b>	<b>26.529.830</b>	<b>30,73%</b>

Situação metas físicas:

Cód. Prog.	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2018				Realizado			
		Produto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC
1061	Aquisição de Sede Própria para Instituto de Previdência	Obra	125			0			0%
2118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	Aposen. e Pensio.			228			274	120%
2121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	Beneficiários			30			38	127%

Obs: a não parametrização dos programas entre o orçamentário e metas físicas são em virtude das mudanças que ocorreram no orçamento durante o ano e não está sendo considerado nas metas físicas os programas de manutenção e funcionamento do órgão/unidade gestora.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Decreto 156/2018	I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas.	a) o não atingimento das metas de arrecadação estabelecidas até o final do 3º bimestre do exercício de 2018;  b) a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2018, constantes da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3251 de 12 de dezembro de 2017) e suas alterações, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;  c) que o não atingimento das metas refere-se apenas às receitas de capital, mais especificamente, recursos de operações de crédito não realizadas;	Limitação de Empenho
Decreto 115/2018	Contratação de pessoal	Gastos com pessoal dentro do limite prudencial	Limitação de empenho

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2018.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

### III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Serv. Ocup. de cargo/emprego em comis. na UG com vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	2	2
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												

Total	10	10	10	10	9	9	9	9	10	10	10	10
-------	----	----	----	----	---	---	---	---	----	----	----	----

Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												Total
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	25.889	24.705	23.285	21.958	22.060	24.392	38.272	27.015	27.212	26.307	27.126	43.824	332.046
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo													
Serv. Ocup. de cargo/emp. em comis. na UG com vínculo efetivo com o Ente	11.107	14.473	11.107	11.107	11.107	11.107	15.735	11.107	11.107	11.107	11.107	18.596	148.767
Serv. Ocup. de cargo/emp. em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	6.801	5.854	5.854	5.854	5.854	5.854	8.293	5.854	5.854	6.504	6.504	9.268	78.344
Servidores contratados por tempo determinado													
Estagiários	1.513,5	1.783,8	1.990,5	2.794,9	995,2	995,2	995,2	1.798,4	1.193,0	1.988,0	1.988,0	1.988,0	20.023,82
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
<b>Total</b>	<b>45.311</b>	<b>46.815</b>	<b>42.236</b>	<b>41.714</b>	<b>40.016</b>	<b>42.348</b>	<b>63.294</b>	<b>45.774</b>	<b>45.366</b>	<b>45.906</b>	<b>46.725</b>	<b>73.676</b>	<b>579.181,14</b>

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções)	Mês / Quantidade												Total
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Serviços de limpeza, Conservação e Higienização	1.921,85	1.469,65	1.921,85	1.921,85	1.921,85	1.808,80	2.147,95	2.034,90	1.695,75	1.921,85	2.034,90	1.356,60	22.157,80
<b>Total</b>	<b>1.921,85</b>	<b>1.469,65</b>	<b>1.921,85</b>	<b>1.921,85</b>	<b>1.921,85</b>	<b>1.808,80</b>	<b>2.147,95</b>	<b>2.034,90</b>	<b>1.695,75</b>	<b>1.921,85</b>	<b>2.034,90</b>	<b>1.356,60</b>	<b>22.157,80</b>

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

#### IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2018 por parte desta unidade gestora.

## V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Tomada de Preço	0	0	32.893,36	<b>32.893,36</b>
Pregão Presencial	0	22.316,12	40.886,33	<b>63.202,45</b>
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	23.447,91	238.533,55	<b>261.981,46</b>
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>45.764,03</b>	<b>312.313,24</b>	<b>358.077,27</b>

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V, item V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscal Contrato: Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 102
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Contrato Nº.:372/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/2015 PMN.

## VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.



b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

#### VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes no exercício de 2018 para esta entidade.

#### VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2018 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de janeiro de 2019.

Jan Ullrich  
Diretor Presidente